



**Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão**

CLIPPING IMPRESSO

06/04/2019

INDICE

1. JORNAL CORREIO POPULAR	
1.1. VARA DA FAMÍLIA.....	1 - 2
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. INSTITUCIONAL.....	3 - 5
2.2. SINDJUS.....	6 - 8
2.3. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	9
3. JORNAL O PROGRESSO	
3.1. DECISÕES.....	10
3.2. DESEMBARGADOR.....	11
3.3. VARA DA FAMÍLIA.....	12 - 13
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. ESMAM.....	14

Homem é preso por tráfico e esposa é internada por ingerir crack

O homem foi preso com 103 pedras de crack. A mulher havia ingerido cinco pedras da droga

ANTÔNIO PINHEIRO

Uma operação do Esquadrão Águia do 3º BPM e da Guarnição de Governador Edison Lobão, fazendo rondas por volta das 17h de quinta-feira (04), encontrou 103 pedras de crack.

A apreensão só foi possível após os policiais serem foram informados que na Rua Dom Pedro II, bairro Santa Rita, estava acontecendo o tráfico de drogas. Os agen-

tes fizeram uma revista na residência com a autorização do proprietário, identificado como Maycon Silva de Sousa, e foi encontrado as 103 pedras de crack.

Em seguida, foi feita uma pesquisa no sistema de informações e constataram um Mandado de Prisão em desfavor de Maycon. O mandado foi expedido pela Vara da Família. Após a prisão, a esposa de Maycon começou a passar mal, sentidos dores do estômago. Ela informou aos policiais que no momento que

policiais adentraram na residência teria ingerido cinco pedras de crack.

A guarnição conduziu o esposo para Plantão Central da Regional de Segurança em Imperatriz, enquanto a esposa de nome Simone Abreu Dourado foi levada para o hospital municipal, tendo sido medicada e depois levada para prestar depoimento na delegacia.

O homem foi autuado por tráfico de drogas. Na manhã dessa sexta-feira (05) foi encaminhado para a Unidade Prisional de Ressocialização de Imperatriz, onde ficará aguardando decisão da Justiça.



Roda Viva

Benedito Buzar bbbuzar@hotmail.com

Espírito de Corpo

As denúncias feitas pelo ex-delegado Thiago Bardal, que não é flor que se cheire, contra alguns desembargadores, mostrou uma verdade insofismável.

No Tribunal de Justiça do Maranhão não há espírito de corpo, pois a denúncia não foi contestada pelos acusados e tão pouco pela cúpula do Poder Judiciário.

Governo em choque institucional e político no Maranhão

Flávio Dino enfrenta uma espécie de boicote da base aliada no Poder Legislativo, que pressiona por emendas



Divulgação

Flávio Dino tenta contornar uma crise institucional com o TJMA

RONALDO ROCHA
Da editoria de Política

O Governo Flávio Dino (PCdoB) enfrenta sérios abalos nos campos político, institucional e administrativo em 2019, ano em que o comunista deu início ao seu segundo mandato à frente do Palácio dos Leões.

No campo da política, o chefe do Poder Executivo sofre uma turbulência na Assembleia Legislativa, com boicote da base aliada à votação de projetos de autoria e de interesse do próprio Governo.

Os deputados pressionam Dino pela liberação das emendas parlamentares e usam a pauta do Executivo como moeda de troca. Na última quinta-feira, por exemplo, membros do Bloco Parlamentar Democrático, formado por PR e PMN e do Bloco Parlamentar Solidariedade Progressista, formado por PP e Solidariedade, obstruíram a pauta de votação.

Eles deixaram o Plenário durante a Ordem do Dia e inviabilizaram a apreciação de pelo menos seis, de um total de oito projetos e medidas provisórias de autoria de Flávio Dino.

Uma das matérias inviabilizadas trata-se do Projeto de Lei 257/2018, que institui o Complexo Industrial e Portuário do Maranhão e amplia a abrangência da Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap).

A bancada de oposição já havia se manifestado de forma contrária

“As declarações de Bardal são muito graves. E eu não tenho como assegurar se elas tratam da verdade. Somente o MP ou a Polícia Federal podem afirmar. Por isso o meu pedido ao ministro Sergio Moro”

EDILÁZIO JÚNIOR,
deputado federal pelo PSD

à proposta por causa de um artigo que autoriza o Governo a administrar, além do Porto do Itaqui, o cais de São José de Ribamar, os terminais de ferry-boat da Ponta da Espera e do Cujupe, o Porto Grande e o Complexo Industrial e Portuário do Maranhão.

Judiciário

Há também uma turbulência institucional entre os poderes Executivo e Judiciário, após o ex-superintendente de Investigações Criminais, delegado Tiago Bardal, ter denunciado em audiência na Justiça, uma suposta determinação do secretário de Estado da Segurança Pública, Jefferson Portela, para investigação ilegal e clandestina contra quatro desembargadores do Tribunal de Justiça do es-

tado: Guerreiro Júnior, Froz Sobrinho, Nelma Sarney e Tyrone Silva.

O caso foi levado ao Ministério da Justiça pelo deputado federal Edilázio Júnior (PSD). No documento encaminhado ao MJ, o parlamentar relatou a gravidade das declarações de Bardal e pediu intervenção da Polícia Federal na in-

vestigação dos fatos.

O pedido formulado ao Ministério da Justiça provocou forte repercussão na imprensa e reação da mídia institucional do Governo do Estado, que tenta desqualificar as declarações de Tiago Bardal, antes mesmo de qualquer apuração a respeito.

Tavares nega crise e repudia declarações de Tiago Bardal

O secretário-chefe da Casa Civil, Marcelo Tavares, negou a O Estado a existência de qualquer atrito político ou institucional no Governo Flávio Dino (PCdoB).

Para o auxiliar do chefe do Executivo, as declarações do delegado Tiago Bardal, ex-superintendente de Investigações Criminais (Seic), não são verdadeiras, o que elimina qualquer efeito na relação do Governo com os demais Poderes instituídos.

“A declaração de Bardal é inverídica e sem nenhuma conexão com a realidade, não gerando nenhuma consequência”, pontuou.

Marcelo Tavares também rechaçou qualquer indício de crise entre o governador Flávio Dino e os deputados que integram a base governista na Assembleia Legislativa.

“A relação com a bancada na Assembleia é harmoniosa e sem nenhuma crise”, enfatizou.

Para o secretário, há um tom de dramaticidade no tema explorado

por veículos de comunicação “ligados” ao grupo político adversário.

Acusações

Além de assegurar em audiência judicial ter recebido determinação do comando da Secretaria de Estado da Segurança Pública para investigar quatro desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão, o delegado Tiago Bardal afirmou que o secretário Jefferson Portela determinou o “engavetamento” de um pedido de reabertura das investigações sobre o assassinato do jornalista Décio Sá.

Bardal disse ter recebido a ordem no gabinete de Portela, logo após ter recebido material encaminhado pelo deputado estadual Raimundo Cutrim (PCdoB), adversário e desafeto do secretário de Segurança.

Em entrevista à **Rádio Mirante AM**, Jefferson Portela admitiu ter recebido Bardal no gabinete, mas rechaçou ter direcionado investigações. ●

Comissionados

Dino eleva em quase 50% o total de cargos

Desde 2015, a administração comunista criou mais de 2,6 mil cargos. POLÍTICA 2

Governo Dino aumentou em quase 50% número de comissionados no MA

Desde 2015, a administração comunista criou mais de 2,6 mil cargos comissionados em comparação à gestão estadual anterior

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PREVIDENCIA
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO DE PESSOAS
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

QUANTITATIVO DE SEVIDORES ESTADUAIS - COMISSIONADOS

CARGOS	QUANTITATIVO	%
TOTAL DE CARGOS COMISSIONADOS CRIADOS	7.707	100
TOTAL DE CARGOS COMISSIONADOS VAGOS	959	12,44
TOTAL DE CARGOS COMISSIONADOS OCUPADOS	6.748	87,56
CARGOS COMISSIONADOS	5.014	74,30
CARGOS COMISSIONADOS / EFETIVOS	1.734	25,70

FONTE: SUPERINTENDENCIA DE GESTÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO/SEGEPI

Reprodução

Segep informou ao Ministério Público Estadual a quantidade de cargos comissionados que existem no MA

CARLA LIMA
Editora de Política

O governo de Flávio Dino (PCdoB), nos seus primeiros quatro anos de mandato e os três meses do segundo mandato, aumentou em mais de 50% o número de cargos comissionados, se comparado ao governo anterior. Em resposta ao Ministério Público Estadual (MP), a Secretaria Estadual de Gestão e Previdência (Segep) informou que a administração tem mais de 7,7 mil cargos comissionados. Antes de 2014, existiam pouco mais de 5 mil cargos.

Quando assumiu o governo estadual, em janeiro de 2015, Flávio Dino encontrou uma folha de pagamento de servidores estaduais que comprometia 38% da receita corrente líquida. Logo no primeiro ano de governo, o comunista aumentou este percentual, chegando a quase 40%. Nos anos seguintes, este percentual foi aumentando. Ao terminar o seu primeiro mandato, o governador já comprometia quase 47% da receita com pagamento da folha.

Contribuiu para o impacto da folha de pessoal nas contas do governo a quantidade de cargos comissionados que existem na gestão comunista. Na gestão anterior à de Flávio Dino, iniciada em 2015, existiam 5.024 cargos criados - 4.723 estavam ocupados e outros 351 ficavam vagos para, caso houvesse necessidade, fossem repassados à secretaria que os solicitasse.

Atualmente, segundo dados da

Segep repassados ao Ministério Público, 7.707 cargos comissionados foram criados, sendo ocupados 6.748 e outros 959 vagos. Se comparar os cargos criados, o governo Flávio Dino tem 2.683 a mais. E comparando os que estão ocupados, são 2.025 a mais na atual gestão.

Críticas

Os deputados governistas aprovaram uma Medida Provisória nº 291/2019 do governo Flávio Dino, que amplia a estrutura da administração estadual, aumentando o número de secretarias. Sobre o assunto, o deputado estadual Adriano Sarney (PV) garantiu que o governo de Flávio Dino afronta a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) com a MP.

Segundo o parlamentar, no relatório da Secretaria de Planejamento (Seplan), referente ao terceiro quadrimestre de 2018, foi excedido o limite prudencial de despesa com pessoal, que é fixado pela LRF em 46,55% das receitas, mas chegou a 46,83% na gestão comunista.

Pelo artigo nº 22 da LRF, é vedada a concessão de vantagem, aumento, reajuste ou readequação de remuneração de qualquer tipo; também a direção de cargo, emprego ou função. “É isso que a MP nº 291 está fazendo, criando cargos, ou seja, o governador Flávio Dino desrespeita a LRF e a Assembleia Legislativa chancela a imprudência, a irresponsabilidade do governo”, afirmou.

MA tem maior número de secretarias do Brasil

Levantamento feito por O Estado, em março deste ano, mostrou que o governo de Flávio Dino tem 37 secretarias, o que deixa a gestão comunista em primeiro lugar no ranking nacional no tamanho do primeiro escalão. O estado que mais se aproxima em quantidade de secretarias é Pernambuco. No governo de lá, segundo o portal oficial da gestão estadual, existem 29 secretarias no primeiro escalão, oito a menos que no governo maranhense.

Se for levar em consideração somente a Região Nordeste, o primeiro escalão de cada gestão é bem menor do que o de Flávio Dino. Em Alagoas, por exemplo, existem 27 órgãos de primeiro escalão. Além das secretarias, estão também as polícias Militar e Civil, Corpo de Bombeiros e até o gabinete militar.

No Piauí e Ceará, existem 21 secretários; Rio Grande do Norte, 22; Bahia, 23, e Paraíba, 26. O estado com o primeiro escalão mais enxuto é o de Sergipe. Por lá, a gestão é composta somente por 17 secretarias.

Ostros que apresentam números bem menores que o Maranhão são São Paulo (24 secretarias), Tocantins (18) e Espírito Santo (19). ●

MAIS

Representação

Os dados da gestão estadual somente foram fornecidos devido a uma representação do Sindicato dos Servidores da Justiça (Sindjus) devido ao desrespeito ao princípio constitucional que determina a reserva de parte dos cargos em comissão a servidores públicos concursados. A representação foi feita ao MP, que por 3 anos ignorou o que solicitava o sindicato. Após representação no Conselho Nacional do Ministério Público, o Sindjus conseguiu que o MP acionasse o governo, que enviou dados sobre os cargos comissionados.

Precariedade de estrada e ação na Justiça expõem crise administrativa

Inaugurada há apenas três meses, a MA-315 apresenta problemas estruturais graves e obra tem liberação de aditivo de R\$ 2 milhões; Edilázio Júnior ingressou com ações na Justiça, no TCE e no MPC

A precariedade da rodovia estadual MA-315 e suspeita de irregularidades no pagamento da obra, inaugurada há apenas três meses, resultou em ação na Justiça Estadual e representações no Tribunal de Contas do Estado (TCE) do Maranhão e no Ministério Público de Contas (MPC). O cenário também expôs crise administrativa no Executivo.

As ações foram ingressadas pelo deputado federal Edilázio Júnior (PSD), que denunciou a precariedade da via e o pagamento de um aditivo de R\$ 2 milhões, o que contraria cláusula do contrato celebrado entre o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado da Infraestrutura (Sinfra) e a empresa responsável pelos serviços.

Liminar

A ação na Justiça tramita na Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís e teve decisão liminar favorável ao parlamentar. O juiz Douglas de Melo Martins determinou ao Governo que desse explicações num prazo de 72 horas sobre o aditivo de R\$ 2 milhões.

A determinação ocorreu porque uma cláusula do contrato es-



Divulgação

Edilázio afirmou que precariedade de obra constrange o maranhense

tabelecia que a obra somente poderia receber qualquer tipo de aditivo depois de 12 meses de iniciados os serviços. Apesar disso, o aditivo milionário, segundo Edilázio, foi concedido com apenas 6 meses de iniciado o empreendimento.

Para Edilázio, a precariedade da rodovia, que liga Barreirinhas ao município de Paulino Neves, constrange todo o povo maranhense. A estrada está situada no

maior polo turístico do estado e em um dos principais destinos da América Latina. Ele lembrou que a MA-222 também está em situação precária.

“Talvez a MA-315 seja a estrada mais bonita do nosso país e vê a situação em que ela se encontra, assim como a Estrada do Arroz e a estrada que dá acesso ao município de Santo Amaro. Chama atenção o descaso da Sinfra, que contrata sempre as mesmas construtoras e com preços exorbitantes. As rodovias permanecem precárias. A gente se pergunta onde estão os órgãos fiscalizadores que eram para acompanhar essas obras”, disse.

Edilázio obteve liminar na Justiça contra a Sinfra

TCE e MPC também foram acionados

Representações

Edilázio protocolou na sexta-feira representação com pedido de liminar contra o Governo no TCE e no MPC e pediu a paralisação imediata da liberação de recursos para a empresa responsável pela MA-315.

Ele também cobrou respostas da Sinfra e afirmou que acompanhará de perto eventuais serviços de recuperação ou reconstrução da rodovia. ●

Universidade deve indenizar aluno por não entregar diploma

A 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manteve sentença para condenar a Universidade Pitágoras a indenizar por danos morais, no valor de dez mil reais, estudante que concluiu com êxito o curso superior, mas foi considerado reprovado por falha no sistema.

A decisão unânime determinou que a instituição de ensino expeça o diploma, no prazo de 60 dias, sob pena de multa diária de mil reais. O voto teve como relator o desembargador Cleones Cunha, que foi acompanhado pelos desembargadores Cleonice Freire e Marcelino Everton.

O estudante não estava incluso na lista dos alunos aptos a concluir o Curso de Rede de Computadores, decorrente de falha no sistema de informática da instituição de

ensino que, de forma equivocada, o teria considerado reprovado.

Para o relator, está configurado o nexo de causalidade (comprovação de que houve o dano) entre o ato danoso ocasionado ao estudante. "Ressoa indiscutível a responsabilidade objetiva, tendo agido com acerto o magistrado de primeiro grau ao decidir", entendeu o desembargador.

O desembargador Cleones Cunha enfatizou que a instituição de ensino sequer se insurgiu quanto à ocorrência da não inclusão do aluno na lista de aprovados, tendo alegado a ausência de má-fé, o que não desconstitui a sua responsabilização objetiva. "A evidente demora na expedição do diploma causou-lhe mais do que mero dissabor, mas verdadeira lesão aos direitos de



Ribamar Pinheiro

**Desembargador Cleones Cunha
foi o relator do processo**

sua personalidade", explicou.

O relator também considerou que o magistrado de base agiu com ponderação e equilíbrio, pautando-se pelo princípio da proporcionalidade. "Não obstante seja impossível mensurar os transtornos sofridos, tendo como premissa o objeti-

vo técnico almejado pela indenização de natureza moral, face à situação dos autos e à luz dos precedentes da Corte Superior de Justiça, mantenho o valor fixado", concluiu o desembargador. Processo nº. 0844423-97.2016.8.10.0001. *(Comunicação Social do TJMA)*

TRE-MA escolherá 2 membros para grupo de trabalho

A Corte do Tribunal Regional Eleitoral deve escolher na próxima quarta, 10 de abril, durante a sessão plenária agendada para as 15h, o membro e o juiz eleitoral que farão parte do grupo de trabalho que ficará incumbido de apresentar propostas, no prazo de 30 dias, que viabilizem, no âmbito maranhense, a imediata implementação da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Inquérito 4435 (processamento e julgamento de crimes comuns que

apresentam conexão com crimes eleitorais), com vista a manter a efetividade da prestação jurisdicional desta justiça especializada.

Segundo a Portaria TRE-MA 271, assinada em 4 de abril de 2019 pelo desembargador Cleones Cunha, presidente do órgão, também comporão o grupo, que será coordenado por ele, um magistrado indicado pela Associação dos Magistrados e o diretor-geral do Regional, totalizando 5 membros.

Mulher engole pedras de crack e sente-se mal em boca de fumo ao perceber policiais

Simone Abreu Dourado teve de ser internada e o marido Maycon Silva Sousa foi preso

Mulher engole pedras de crack ao notar presença policial, mas acaba passando mal, fato ocorrido nesta sexta-feira (6), na cidade de Governador Edison Lobão, distante 30 km de Imperatriz.

A mulher, identificada por Simone Abreu Dourado, foi levada para Socorrão Municipal, onde está sendo medicada.

Os policiais do Esquadrão Águia do 3º BPM foram verificar uma denúncia de que na Rua Dom Pedro II, bairro Santa Rita, em Governador Edison Lobão, estava servindo de ponto de venda de droga. Os militares chegaram ao local e realizaram uma revista com autorização do proprietário da residência, Maycon Silva de Sousa, onde foram encontradas 103 pedras de crack. Foi encontrada também uma porção de maconha.



Crack, maconha e dinheiro apreendidos com Maicon

Simone Abreu Dourado é esposa de Maycon, por isso é que ela, ao perceber os policiais, ingeriu pedras de crack.

Pesquisa feita no sistema de informações constatou um mandado de prisão em desfavor de Maycon, expedido pela Vara da Família,

Maycon foi apresentado juntamente com a droga e dinheiro apreendido no ponto de venda, onde foram lavrados os procedimentos que o caso requer.

Após receber alta, Simone Abreu Dourado será apresentada na Delegacia.

Fotos: ASCOM/3ª BPM



Maycon Silva de Sousa foi preso por tráfico e em cumprimento a mandado de prisão

Seminário marcará lançamento do Programa de Pós- Graduação da Esmam

A Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão (Esmam) promoverá, 8 de abril, às 15h, o Seminário “A Justiça que produz Ciência”. O evento marcará o início de um amplo programa institucional de pós-graduação e pesquisa, voltado para o desenvolvimento técnico, acadêmico e científico dos profissionais que atuam no Judiciário maranhense.

A programação, aberta ao público, será realizada no Auditório da Associação dos Magistrados do Maranhão (Rua Búzios s/n – Calhau), com a posse do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e do Conselho Técnico Científico da ESMAM (CTCE).

O Programa de Pós-Graduação e Pesquisa (PPGP-Esmam) terá caráter permanente, agregará cursos de Pós-Graduação Lato Sensu (Especialização) e Stricto Sensu (Mestrado e Doutorado), em cooperação com instituições de ensino e pesquisa do Brasil e do exterior, além de outros formulados, certificados e implementados pela própria Esmam.

O diretor da instituição, desembargador Froz Sobrinho, explica que além do Comitê de Ética em Pesquisa e Conselho Técnico Científico, criados recentemente para dar suporte às atividades, serão formados núcleos, grupos e projetos, com a participação dos magistrados e demais servidores. “Queremos formar, no âmbito do Judiciário, capacidades técnico-científicas e redes de trocas de saberes que se aprofundem e se ampliem continuamente.

SEMINÁRIO

O Seminário “A Justiça que produz Ciência” será integrado por dois painéis temáticos que apresentarão o panorama geral e os caminhos possíveis e necessários para produção de pesquisas no campo da justiça, em âmbitos nacional e local.

Participarão como debatedores os professores-doutores Márcio Aleandro Correia Teixeira e Lucyléa Gonçalves França; e os mestres Carlos Hélder Furtado Mendes, Silvio Carlos Leite Mesquita, Marcelo de Carvalho Lima e Paulo Guilherme Siqueira Rodrigues.

O evento culminará com a apresentação do Curso de Aperfeiçoamento em Metodologia Científica que será promovido pela Esmam, de abril a novembro de 2019, prevendo a formação dos profissionais interessados na produção de publicações de estudos e pesquisas sobre sistemas de justiça e suas interfaces com o sistema de garantias de direitos, no contexto da justiça maranhense.